



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputada Federal Janete Capiberibe - PSB/AP

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS
(AUDIÊNCIA PÚBLICA)**
REQUERIMENTO N.º _____, DE 2007
(Da Sra. Deputada Janete Capiberibe)

Requer na forma regimental, que após aprovado pelo plenário, seja realizada Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para debater a regularização da profissão das parteiras tradicionais.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, conforme o Art. 255, que seja realizada Audiência Pública nesta Comissão, para debater a questão da regularização da profissão das parteiras tradicionais.

Sugiro que sejam convidadas para debater sobre o tema os seguintes expositores:

- Sra. Regina Coeli Viola – Coordenadora da Área Técnica Saúde da Mulher – MS
- Sr. Marcos Leite Santos – Obstetra e Ginecologista – REHUNA – Rede pela Humanização do Parto e Nascimento
- Núbia Melo – Presidente da ONG Curumim
- Representante do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia - MAMA
- Sra. Suely Carvalho – C.A.I.S do Parto (Centro Ativo de Integração do Ser)

JUSTIFICAÇÃO

No Brasil, como em outros países desenvolvidos, luta-se pela prática do Parto Humanizado, que garante às mulheres o direito a um parto



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputada Federal Janete Capiberibe - PSB/AP

saudável, com participação de seus familiares ou amigos; parto num ambiente onde o bem estar da mulher é respeitado assim como sua intimidade e sua cultura. Quer-se ainda a redução da morbi-mortalidade materna e infantil. Segundo as recomendações da Organização Mundial de Saúde, em seu “Guia Prático para a assistência ao Parto Normal/96”, consta dentre as recomendações:

- “Respeito à escolha da mãe sobre o local do parto, após ter recebido informações;
- Fornecimento de assistência obstétrica no nível mais periférico onde o parto for viável e seguro e onde a mulher se sentir segura e confiante”.

Sabemos que no Estado do Amapá existem as menores taxas de partos cirúrgicos do país e que neste mesmo estado a taxa de mortalidade infantil situa-se historicamente alguns pontos abaixo da média brasileira, o que contribui para melhorar a taxa nacional. No Amapá um importante projeto pode contribuir e apoiar as profissionais que ajudaram a construir este quadro: as PARTEIRAS TRADICIONAIS.

Com o objetivo de humanizar o parto e melhorar o atendimento e assistência a gestante, é que a Amapá na gestão do então Governador João Alberto Capiberibe, juntamente com a deputada e primeira dama Janete Capiberibe, apoiaram e investiram no fortalecimento do vínculo entre as parteiras e os profissionais de saúde e no reconhecimento e remuneração das parteiras tradicionais por seus serviços prestados às gestantes, parturientes e recém-nascidos. Através do Projeto Parteiras; ganhador do prêmio “Paulo Freire” por sua inovação, o Estado cadastrou e capacitou as parteiras da região que passaram a receber salário e material de qualidade necessário às suas atividades.

Com o Projeto Parteiras – “Resgate e Valorização das Parteiras Tradicionais do Estado do Amapá”; as parteiras alcançaram visibilidade local,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputada Federal Janete Capiberibe - PSB/AP

nacional e até internacional; foram reconhecidas como “profissionais do parto natural e humanizado”; houve melhoria na qualidade do parto domiciliar e o Amapá foi o estado brasileiro com o menor índice de cesarianas. O Projeto iniciou em 1995 com a participação de 62 parteiras e em 2001 já contava com a presença de 1.531 delas.

As parteiras capacitadas entre 1996 e 2001, participaram dos cursos com o seguinte conteúdo:

- Reflexão sobre o ciclo reprodutivo e a saúde
- Condição da mulher na sociedade
- Gênero
- Anatomia, fisiologia
- Ciclo menstrual, concepção
- Fases da gravidez e pré-natal
- Fixação do conhecimento corporal
- Cartão da gestante – gravidez de alto risco
- Trabalho de parto e suas fases
- Complicação do parto, cesárea
- parto vertical – vantagens
- Atenção ao recém-nascido
- Amamentação – cartão da criança
- Tétano
- DST/AIDS
- Câncer da mama
- Planejamento familiar – contracepção
- Climatério
- Organização das parteiras
- Avaliação

1498A37606





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputada Federal Janete Capiberibe - PSB/AP

- Entrega de certificados e bolsas com material de parto

Esta experiência positiva do Amapá, resgatou e valorizou a arte de partejar, beneficiou as parteiras e a comunidade, mostrando que o Poder Público - com comprometimento social - pode reconhecer e beneficiar estas trabalhadoras; sendo uma questão de vontade política. Reconhecendo a importância deste Projeto, vieram somar-se a ele o Unicef, o Ministério da Saúde, duas ONGs que já realizavam um trabalho de capacitação com as parteiras, Fundação France Libertés e parlamentares da Europa.

Nas regiões onde as redes dos serviços de saúde ainda não conseguiram chegar até as populações mais isoladas, como ocorre em grande parte do norte e nordeste do país, a luta para fortalecer as parteiras tradicionais e apoiar sua articulação com outras redes de parteiras e com o Poder Público, é grande. A maior luta, no entanto, é para que essas parteiras tradicionais – hoje aproximadamente 60.000 - possam ser reconhecidas e remuneradas pelo trabalho que realizam:

- que elas possam ter capacitação;
- que tenham acesso ao material e equipamento adequados para suas atividades;
- que exerçam suas atividades no Sistema Único de Saúde – SUS;
- que tenham direito à remuneração.

Deputada **Janete Capiberibe**
PSB/AP

1498A37606